



PROCESSO Nº TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

A C Ó R D ã O
(3ª Turma)
GMMGD/fmp/vln/mag

RECURSO DE REVISTA. TRABALHADOR RURAL. PAUSAS POR RAZÕES DE SAÚDE PREVISTAS NA NR 31 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. INTEGRAÇÃO JURÍDICA DO ART. 72 DA CLT. A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXII, garante aos trabalhadores urbanos e rurais, a *"redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança"*. Nessa esteira, a Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural, em seu artigo 13, determina que *"nos locais de trabalho rural serão observadas as normas de segurança e higiene estabelecidas em portaria do ministro do Trabalho e Previdência Social"*. Com a edição da Portaria nº 86, de 3 de março de 2005, do Ministério do Trabalho e Emprego, entrou em vigor a Norma Regulamentadora nº 31, que estabelece medidas de segurança e higiene para profissionais rurais, entre as quais estão previstas pausas para descanso do trabalhador: *"31.10.7 - Para as atividades que forem realizadas necessariamente em pé, devem ser garantidas pausas para descanso"; "31.10.9 - Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica devem ser incluídas pausas para descanso e outras medidas que preservem a saúde do trabalhador"*. Tais pausas para descanso estipuladas pela NR 31, item 10.9, com suporte nos comandos do art. 7º, XXII, CF, e art. 13 da Lei nº 5.889/73, correspondem a 10 minutos de intervalo a cada 90 trabalhados, sem dedução da jornada, por ser tal lapso o que melhor se harmoniza aos objetivos de saúde



PROCESSO N° TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

enfocados pelas regras jurídicas mencionadas. Integração jurídica inerente ao Direito, em geral (art. 4º, LINDB) e ao próprio Direito do Trabalho (art. 8º, *caput*, CLT). Precedentes jurisprudenciais desta Corte Superior.
Recurso de revista conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista n° **TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156**, em que é Recorrente **FABIANO RODRIGUES SANTOS** e Recorrida **LDC-SEV BIOENERGIA S.A.**

O TRT da 15ª Região deu provimento ao recurso ordinário interposto pela Reclamada, para excluir da sua condenação o pagamento das pausas previstas na NR-31.

Inconformado, o Reclamante interpõe o presente recurso de revista, o qual foi admitido pela Vice-Presidência do TRT por possível divergência jurisprudencial.

Foram apresentadas contrarrazões, sendo dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 83, § 2º, do RITST.

PROCESSO ELETRÔNICO

É o relatório.

V O T O

I) CONHECIMENTO

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Atendidos os pressupostos gerais de admissibilidade do recurso de revista, passo ao exame dos específicos.



PROCESSO Nº TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

**TRABALHADOR RURAL. PAUSAS POR RAZÕES DE SAÚDE
PREVISTAS NA NR 31 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. INTEGRAÇÃO
JURÍDICA DO ART. 72 DA CLT**

O Tribunal Regional, quanto ao tema, assim decidiu:

“PAUSAS OBRIGATÓRIAS – NR 31 – ART. 72 DA CLT.

No que concerne às pausas decorrentes da NR 31, não assiste razão ao reclamante.

É fato que não existe legislação para pagamento das pausas não observadas e deferimento nesse sentido afronta o princípio da legalidade.

A NR-31 estabelece disposições atinentes à organização do meio ambiente do trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. O item 31.10.7, prevê que nas atividades realizadas em pé, devem ser garantidas pausas para descanso.

O reclamante pretende a aplicação analógica, considerando que o artigo 72 da CLT preconiza a concessão de pausas de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho.

Todavia, o preceito celetista tem aplicação exclusiva para os serviços de datilografia, escrituração, cálculo e digitação, consoante entendimento da Súmula 346, do C. TST, em função das condições similares dessas profissões, que em muito diferem daquelas exercidas pelo reclamante em seu trabalho.

Mediante o processo analógico, o aplicador da lei adapta, a um evento concreto não previsto pelo legislador, regra jurídica atinente a um caso previsto, desde que entre ambos ocorra semelhança e a mesma razão jurídica para solucioná-los de forma igual. No caso, não se trata de situação semelhante, descabendo a aplicação analógica”.

Nas razões do recurso de revista, o Reclamante sustenta, em síntese, que ao trabalhador rural no corte de cana-de-açúcar, apesar de ausente previsão quanto ao período destinado às pausas previstas na NR-31, é cabível e adequada a aplicação analógica dos intervalos previstos no art. 72 da CLT. Lastreia o apelo em divergência jurisprudencial.

O recurso de revista merece conhecimento.

A divergência jurisprudencial espelhada pelo aresto acostado à fl. 947 (PJe) dos autos permite o trânsito da revista, haja



PROCESSO Nº TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

vista externar posicionamento dissonante daquele advindo do Tribunal Regional de origem, no sentido de que *"ausente previsão legal expressa acerca do período destinado às pausas estabelecidas na NR-31 do Ministério do Trabalho e Emprego, cabível a aplicação analógica dos intervalos previstos no art. 72 da CLT ao trabalhador rural, nos termos do art. 8º do mesmo diploma legal e, ainda, do art. 4º da LICC"*.

CONHEÇO do recurso de revista.

II) MÉRITO

**TRABALHADOR RURAL. PAUSAS POR RAZÕES DE SAÚDE
PREVISTAS NA NR 31 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. INTEGRAÇÃO
JURÍDICA DO ART. 72 DA CLT**

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXII, garante aos trabalhadores urbanos e rurais, a *"redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança"*. Nessa esteira, a Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural, em seu artigo 13, determina que, *"nos locais de trabalho rural serão observadas as normas de segurança e higiene estabelecidas em portaria do ministro do Trabalho e Previdência Social"*.

Com a edição da Portaria nº 86 de 3 de março de 2005 do Ministério do Trabalho e Emprego, entrou em vigor a Norma Regulamentadora nº 31, que estabelece medidas de segurança e higiene para profissionais rurais, entre as quais estão previstas pausas para descanso do trabalhador: *"31.10.7 - Para as atividades que forem realizadas necessariamente em pé, devem ser garantidas pausas para descanso"; "31.10.9 - Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica devem ser incluídas pausas para descanso e outras medidas que preservem a saúde do trabalhador"*.

Conquanto a NR-31 preveja a existência de pausas para descanso, esta não especifica qual a cadência de tais pausas, muito menos seu tempo de duração. Por isso, no caso concreto, o TRT entendeu que a NR-31 não permite a aplicação integrativa do artigo 72 da CLT.



PROCESSO Nº TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

Contudo, o artigo 4º da LINB dispõe que: “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”. Além disso, o próprio art. 8º da CLT autoriza a analogia como fonte do direito, *verbis*:

“As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público”.

Desse modo, ainda que a NR-31 não estabeleça a duração dos intervalos para os trabalhadores que desenvolvem suas atividades nos moldes previstos nos itens 31.10.7 e 31.10.9, isso não desobriga o empregador de cumprir a referida norma. Se assim fosse, a garantia do descanso trazida pela NR 31 se revelaria inócua, simplesmente por falta de disposição expressa acerca do tempo de duração do intervalo, ficando o trabalhador sem a proteção necessária à sua saúde e segurança no trabalho.

Ante a ausência de regulamentação quanto ao tempo destinado ao descanso do trabalhador rural, mostra-se correto, portanto, o procedimento de integração jurídica do art. 72 da CLT, nos termos do art. 4º da LINB e do art. 8º da CLT, sob comando do art. 7º, XXII, da Constituição.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da SBDI-1/TST, inclusive em casos análogos em que figura a mesma Reclamada:

“HORAS EXTRAS. EMPREGADO RURAL. ATIVIDADE DE CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR. PAUSAS PREVISTAS NA NR-31 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 72 DA CLT. 1. A NR-31 do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovada pela Portaria GM nº 86, de 3/3/2005, prevê a obrigatoriedade de concessão de pausas para descanso aos empregados rurais que realizem atividades em pé ou se submetam a sobrecarga muscular. A norma regulamentar, no entanto, não especifica as condições ou o tempo de duração de tais pausas. 2. A lacuna da norma regulamentar e da própria legislação trabalhista sobre aspecto de menor importância, relativo ao *modus*



PROCESSO Nº TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

operandi das aludidas pausas, não pode servir de justificativa para a denegação de direitos fundamentais constitucionalmente assegurados ao empregado, relativos à ‘redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança’ (artigo 7º, XXII, CF) e ao meio ambiente do trabalho equilibrado (artigo 225, *caput*, CF). Necessidade de utilização da técnica processual de integração da ordem jurídica, mediante analogia. Aplicação das disposições dos artigos 8º da CLT, 126 do CPC e 4º da Lei de Introdução ao Código Civil. 3. Ante a ausência de previsão, na NR-31 do MTE, quanto ao tempo de descanso devido nas condições de trabalho lá especificadas, aplica-se ao empregado que labora em atividade de corte de cana-de-açúcar, por analogia, a norma do artigo 72 da CLT. Precedentes das Turmas e da SBDI-1 do TST. 4. Embargos de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento”. (TST-E-RR-1943-81.2010.5.15.0156, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT de 09.05.2014)

“RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. CORTADOR DE CANA DE AÇÚCAR. PAUSAS PARA DESCANSO. NR-31 DO MTE. ART. 72 DA CLT. A NR-31 do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovada pela Portaria 86, de 3/3/2005, estabelece pausas para descanso nas atividades realizadas necessariamente em pé ou que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica (itens 31.10.7 e 31.10.9), a fim de garantir a segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Contudo, a referida norma não detalhou as condições e o tempo em que esse período de descanso deveria ser observado. Em face da lacuna da norma, a jurisprudência desta Corte vem se firmando pela aplicação analógica do art. 72 da CLT, nos termos do art. 8º da CLT e 4º da LINDB, de modo a conceder ao empregado um intervalo de dez minutos de descanso a cada noventa minutos de trabalho consecutivo, não se deduzindo o referido período da duração normal do trabalho. Com efeito, a aplicação analógica do art. 72 da CLT se impõe não em razão do tipo de atividade desempenhada, relativa aos serviços de mecanografia em comparação com a de cortador manual de cana de açúcar, mas sim em razão do fator repetitividade de movimento, presente em ambos os métodos de trabalho, como fator de risco para doenças ocupacionais. É de conhecimento geral que o trabalho no corte da cana de açúcar é uma das mais penosas e extenuantes atividades laborais. Soma-se ao esforço excessivo pela repetitividade dos golpes de facão, a rotina operacional permeada por agentes penosos. A soma desses fatores de risco impõe, com maior razão, a aplicação analógica do art. 72 da CLT, a fim de que se torne efetivo o direito fundamental de proteção à saúde do trabalhador. Recurso de embargos conhecido e provido”. (TST-E-RR-3853-46.2010.5.15.0156, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT de 28.03.2014)



PROCESSO Nº TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

“EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. CORTADOR DE CANA. PAUSAS PREVISTAS NA NR 31 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Embora a Norma Regulamentar nº 31 do Ministério do Trabalho e Emprego tenha manifestado o cuidado com a ergonomia dos trabalhadores rurais, prevendo pausas para descanso nas atividades que exigem sobrecarga muscular estática ou dinâmica, não especificou qual o tempo de duração da interrupção do trabalho. Considerando a omissão quanto à duração dessas pausas, bem como o fato de que a realidade do cortador de cana, que ‘chega a desferir até mais de 10.000 golpes de podão diariamente, fora a intensa movimentação dos membros superiores’ (informação extraída da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 26, n. 97-98, 2001, p. 17, e citada pelo excelentíssimo senhor Ministro Aloysio Corrêa da Veiga no acórdão alusivo ao processo nº TST-E-RR-21-68.2011.5.15.0156, SBDI-1, DEJT 29/11/2013), a aplicação analógica do artigo 72 da CLT se faz necessária, remetendo o julgador ao que dispõem o artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, bem como o artigo 8º da CLT. Note-se que a essência jurídica que motivou a edição da Súmula 346 do TST é a mesma que ampara o pedido do trabalhador que exerce suas atividades em lavouras de cana de açúcar, o que autoriza a incidência do que o Mestre Rubens Limongi França denomina de analogia legis, a saber ‘é aquela que extrai a igualdade de tratamento para certo caso de uma norma legislativa existente para outro similar. Embora seu fundamento último seja o mesmo da analogia iuris, as bases que a sustentam encontram-se exaradas em velho brocardo jurídico, cujos termos são os seguintes: *Ubi eadem legis ratio, ibi eadem legis dispositio*. Como se vê, supõe a descoberta da *ratio legis*’. (in *Hermenêutica Jurídica*, Editora Revista dos Tribunais, 11ª Edição, página 47). Precedentes. Recurso de embargos conhecido por divergência jurisprudencial e, no mérito, provido”. (TST-E-RR-1797-40.2010.5.15.0156, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT de 28.03.2014)

Como consequência do conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, **DOU-LHE PROVIMENTO** para condenar a Reclamada ao pagamento de dez minutos, como extras, a cada noventa minutos de trabalho, pela aplicação da Norma Regulamentadora nº 31 do Ministério do Trabalho e Emprego e integração jurídica do artigo 72 da CLT, restabelecendo a r. sentença, no aspecto.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista



PROCESSO N° TST-RR-1767-05.2010.5.15.0156

por divergência jurisprudencial e no mérito, dar-lhe provimento para condenar a Reclamada ao pagamento de dez minutos, como extras, a cada noventa minutos de trabalho, pela aplicação da Norma Regulamentadora n° 31 do Ministério do Trabalho e Emprego e integração jurídica do artigo 72 da CLT, restabelecendo a r. sentença, no aspecto.

Brasília, 18 de junho de 2014.

Firmado por assinatura digital (Lei n° 11.419/2006)

MAURICIO GODINHO DELGADO

Ministro Relator